



# ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO MUNICÍPIO DE FAXINAL

De acordo com a Lei Municipal nº 1549/2012

Faxinal-Pr, sábado, 27 de julho de 2018

Ano VII Edição nº 120/2018

Pág. 1

## ATOS DO PODER EXECUTIVO

### Diário Oficial Eletrônico do Município de Faxinal

Lei Municipal nº 1549/2012, 07 de março de 2012

**Ylson Alvaro Cantagallo**

Prefeito Municipal

### Departamento Municipal de Licitação e compras

Setor responsável pela edição, publicação e assinatura digital

Avenida Brasil, 694, centro

CEP: 86840-000

Fone: (43) 3461-1332

Faxinal - PR

Email: [diariooficial@faxinal.pr.gov.br](mailto:diariooficial@faxinal.pr.gov.br)

Site: [www.faxinal.pr.gov.br](http://www.faxinal.pr.gov.br)

§ 2º - O Poder Executivo estará deferindo ou não o benefício após analisar os documentos comprobatórios apresentados pelo contribuinte, no prazo de até 30 (trinta) dias, após requerido.

§ 3º - O Departamento de Tributação através do Departamento de Fiscalização, quando necessário, poderá proceder diligências in-loco ao imóvel para a comprovação da veracidade dos documentos, dados e declarações apresentadas pelo requerente.

Art. 5º - O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura do Município de Faxinal,

27 de Julho de 2018.

**Ylson Alvaro Cantagallo**  
Prefeito Municipal

## TRIBUTAÇÃO

DECRETO Nº 8.087

**SÚMULA:** Regulamenta a Lei n. 1.182, 1.183 e 1.184/2006 no qual isenta do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU; os aposentados e pensionistas, a residência até 50 m2 e os deficientes físicos, mentais, auditivos e visuais e da outras providências.

O Sr. Ylson Alvaro Cantagallo, Prefeito do Município de Faxinal-Pr, no uso de suas atribuições do Art.73,§1º,III da Lei Orgânica e em especial ao Artigo 5º das Leis 1.182, 1.183 e 1.184/2006.

### DECRETA:

**Art. 1º** - A isenção do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU; dos aposentados e pensionistas, e os deficientes físicos, mentais, auditivos e visuais que perceberem como benefício ou renda o valor máximo de 2 (dois) salários mínimos nacional, e ou não tenham direta ou indiretamente alguma atividade remunerada e ou receba da mesma forma, qualquer ajuda, contribuição ou remuneração por parte de entidades, associações, planos privados de aposentadoria e de familiares e as residência até 50,00 m2.

§ 1º: Será concedida ao contribuinte que fazer o pedido através de Requerimento na Divisão de Protocolo do município, desde que o mesmo atenda a todas as exigências da Lei que a instituiu e do presente decreto.

§ 2º: Ao requerer e protocolar a isenção, o contribuinte deverá apresentar junto os seguintes documentos:

- Conta de Luz ou Água do mês atual ou de 60 (sessenta) dias anterior do requerimento em seu nome para a comprovação de residência;
- Comprovante de recebimento de aposentadoria e ou pensão do mês do requerimento, para atestar que os seus rendimentos familiar não ultrapassam o limite estabelecido de 02 (dois) salários mínimos nacional;
- Declarar que não exerce nenhuma atividade remunerada e que não receba qualquer outra renda, ajuda, contribuição ou remuneração por parte de qualquer entidade, associação, plano privado de aposentadoria ou pecúlio e de familiares;
- Documento que ateste a propriedade do imóvel (contrato compra e venda, escritura ou matrícula no registro de imóveis);
- Declarar que é possuidor de um único imóvel, na situação de imóvel até 50,00 m2.

**Art. 2º** - O disposto no Artigo 1º, só poderá ser aplicado, se o imóvel que enquadrar o benefício, for usado única e exclusivamente para residência de seu proprietário e de seus dependentes diretos.

**Art. 3º** - A comprovação exigida no Artigo 1º e § 2º terá que ser requerido no seguintes prazos:

- Para o exercício de 2018, no período de 01 de Agosto a 30 de Dezembro de 2018,
- A partir do exercício de 2019, no período de 15 de Janeiro a 31 Março.

## RECURSOS HUMANOS

DECRETO Nº 8083/2018

**SÚMULA:** Exonera a pedido servidor efetivo em decorrência da obtenção de aposentadoria perante o INSS.

O Senhor **YLSO ALVARO CANTAGALLO**, Prefeito do Município de Faxinal, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

### DECRETA:

**Art. 1º.** Fica exonera a pedido a servidora **LENIR APARECIDA DE OLIVEIRA**, ocupante do cargo efetivo de Professora do Ensino Fundamental, a partir de 22/07/2018, em consequência da obtenção de aposentadoria por tempo de contribuição perante o INSS.

**Art. 2º.** Este Decreto entrará em vigor a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de Faxinal, Estado do Paraná, em 26 de Julho de 2018.

**YLSO ALVARO CANTAGALLO**  
Prefeito Municipal



A Certificação Digital é um conjunto de tecnologias e procedimentos que visam garantir a validade de um Certificado Digital, a ICP-BRASIL é a infraestrutura Legal Brasileira para Certificação Digital, de acordo com a Medida Provisória 2200 que estabelece e normatiza estas condições.

Sendo assim, são considerados legalmente válidos, no âmbito nacional, apenas os certificados emitidos por autoridades certificadas credenciadas junto à ICP-BRASIL. Com o uso de Certificados Digitais é possível apostar assinaturas digitais em arquivos digitais e assim atribuir-lhe o status de documento válido e original também de acordo com a Lei 11.419.

## DIÁRIO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Prefeitura Municipal de Faxinal dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site [www.faxinal.pr.gov.br](http://www.faxinal.pr.gov.br)